



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estabelecer a obrigação das empresas de manterem programa de atualização e aperfeiçoamento profissional para as pessoas com deficiência por elas empregadas.



SF/19768.15976-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga as empresas que contratem pessoas com deficiência nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a desenvolverem e manterem programa de atualização e de aperfeiçoamento para os profissionais com deficiência.

Art. 2º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 93.**

.....

§ 5º A empresa desenvolverá e manterá, por si ou de forma terceirizada, programa de atualização e de aperfeiçoamento profissional das pessoas com deficiência, com o fim de gerar igualdade de oportunidades e possibilitar-lhes a ascensão profissional, aplicando-se, no que couber, o capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A ordem constitucional brasileira é clara quanto à redução das desigualdades sociais: trata-se de compromisso inadiável que temos todos nós, brasileiros. Nesse sentido, este Parlamento tem feito muito, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da Lei de Acessibilidade e da própria Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que ora nos propomos alterar.

O art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, como é sabido, estabelece para as empresas a obrigação de contratar profissionais com deficiência, habilitados, nas proporções que estipula. Às vezes, o cumprimento dessa obrigação parece difícil e gera críticas de diversos setores; porém, por outro lado, tratou-se de avanço formidável, que muito nos orgulhou.

Devemos, então, prosseguir no mesmo caminho. E isso significa aperfeiçoar esse diploma, conforme o retorno que dela temos obtido junto à sociedade. Observamos que, ao pensarmos na empregabilidade da pessoa com deficiência, temos tratado a matéria de modo mais quantitativo, ligado ao número de contratados, do que de modo qualitativo, ligado ao desenvolvimento e à carreira profissionais das pessoas com deficiência. Entretanto, sabemos, pelo retorno que temos, que as pessoas com deficiência se revelam profissionais hábeis, determinados e cumpridores de suas obrigações.

Foi com base nisso que vimos que falta à normatividade sobre o assunto um incentivo para que as empresas despertem para as possibilidades de ganhos e de sucessos profissionais que já estão presentes em seus ambientes de trabalho. Aperfeiçoar um bom profissional não pode dar senão bons resultados, e a proposição que ora trazemos à consideração dos nobres Pares pretende dar caráter metódico e racional ao aproveitamento dos talentos que a lei atual já reuniu no mesmo ambiente. Desenvolvê-los é o próximo passo, que pretendemos dar com esta proposição.

São essas as razões pelas quais pedimos aos Pares o apoio a este projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



SF/19768.15976-40